



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – Reunião de Comissão
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.207

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Monte Sião – Apams –, com sede no Município de Monte Sião.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Monte Sião – Apams –, com sede no Município de Monte Sião.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.208

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Socioambiental de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Socioambiental de Porteirinha, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2016.



Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.209

Declara de utilidade pública a Associação Carmopolitana de Proteção aos Animais – Doglar –, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Carmopolitana de Proteção aos Animais – Doglar –, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Tadeu Martins Leite e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o jornal *Clarim*, de Araxá, por seus 20 anos de atividades; e formalizar a instalação do Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Paula Machado Kikuchi, proprietária do jornal *Clarim*; Manuella Machado, superintendente de Interiorização e Ação Cultural da Secretaria de Cultura; Cesária Alice Macedo, titular do Sistema Estadual de Cultura; Ana Ceci Franco Vidal Mota, analista de gestão, proteção e restauro do Iepha; Sílvia Maria da Cunha Martins Pinheiro, representante da secretária da Casa Civil e de Relações Institucionais; Helen Novais, membro do Ponto Livre em Gestão e Empreendimentos Criativos; Magdalena Rodrigues, representante do segmento de Entidades de Trabalhadores e Empresariais do Conselho Estadual de Política Cultural; Maria Ribeiro de Andrada, representante do segmento de Patrimônio Histórico e Artístico do Conselho Estadual de Política Cultural; Sula Mavrudis, representante do segmento de Dança e Circo do Conselho Estadual de Política Cultural; e os Srs. Adalberto Andrade Mateus, técnico de gestão, proteção e restauro do Iepha e representante da secretária da Casa Civil e de Relações Institucionais; Rubem dos Reis, vice-presidente e representante do segmento de Teatro do Conselho Estadual de Política Cultural; Pai Geraldo André da Silva, presidente da Casa de Cultura Africana Lode Apará; Gilberto Amâncio, assessor da Secretaria de Educação no Plug Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital; Aníbal Macedo, relator da Câmara Temática de Fomento e Mecanismos de Financiamento e representante do segmento de Literatura, Livro e Leitura do Conselho Estadual de Política Cultural. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas



considerações iniciais. Em seguida, procede à entrega do diploma de votos de congratulações com o jornal *Clarim* por seus 20 anos de atividades. Ato contínuo, formaliza a instalação do Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Isauro Calais, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/8/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2016, do governador do Estado, que extingue a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex – e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nos 1 e 2 e dos Substitutivos nos 1 e 2. A Emenda nº 3 foi incorporada ao Substitutivo nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.510/2016, do governador do Estado, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nos 7 a 15, incluídas no Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nos 1, 3, 4, 5 e 6 e do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.513/2016, do governador do Estado, que altera a denominação da Rádio Inconfidência Ltda. e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela rejeição das Emendas nos 1 a 4 e pela aprovação das Emendas nos 5 a 8, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.661/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.662/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado e o remanejamento de recursos do Tribunal de Justiça do Estado para o Fundo Financeiro de Previdência. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nos 2 e 3 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.509/2016, do governador do Estado, que extingue o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop – e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.672/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que institui o Dia Estadual da Raça do Cavalo Manga-larga Marchador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes, que institui a Semana Estadual das Juventudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que



apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 528/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.504/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a extinção do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.505/2016, do governador do Estado, que extingue o Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em Brasília – ERMG -BR – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.506/2016, do governador do Estado, que extingue o Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.511/2016, do governador do Estado, que extingue a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IO-MG – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nos 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.515/2016, do governador do Estado, que altera o art. 2º da Lei nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar sociedade sob o controle acionário do Estado, dispõe sobre o Sistema Estadual de Processamento de Dados e dá outras providências, altera o *caput* do art. 126 da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, que reorganiza o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, introduz alterações na estrutura orgânica das secretarias de Estado e dá outras providências, altera o art. 2º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 14.892, de 17 de dezembro de 2003, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais – Comig – e dá outras providências, e acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 20.020, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a prestação de assistência e cooperação técnicas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – aos municípios na construção e administração de distritos industriais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.064/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre os direitos e deveres dos pais e responsáveis na participação da vida escolar das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.816/2015, do governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar os bens que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.040/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Braúnas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na



forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2015, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Limeira do Oeste o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.192/2016, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.470, 4.496 e 4.558 a 4.560/2016, do deputado Cabo Júlio; 5.286, 5.310, 5.311 e 5.332/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 5.346/2016, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o aumento da criminalidade e da violência na região de Carmo do Rio Claro, sobretudo assaltos a bancos, explosões de caixas eletrônicos, sequestros e roubos.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.794/2015, do deputado Wander Borges; 3.524/2016, do deputado Cássio Soares; 3.526/2016, do deputado João Magalhães; 3.534/2016, do deputado Bosco; e 3.623/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 5.290/2016, do deputado Thiago Cota; 5.349/2016, do deputado Wander Borges; e 5.398/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a ouvir o presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – sobre os projetos de Lei nºs 3.482/2016, que autoriza o Poder Executivo a receber os imóveis do complexo da Cidade Administrativa de Minas Gerais Presidente Tancredo de Almeida Neves que foram construídos pela Codemig, e 3.502/2016, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Codemig os imóveis que especifica.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.331/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro, e 3.521/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.404/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimentos nºs 5.084/2016, do deputado Braulio Braz; 5.334/2016, do deputado Wander Borges; e 5.336/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/8/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 8h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater sobre arquitetura e urbanismo e a legislação pertinente em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Glaycon Franco, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro; de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.366/2016, do deputado Léo Portela; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Cássio Soares, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de receber, discutir e votar proposições da comissão

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Gilberto Abramo, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Glaycon Franco, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nº 3.507, 3.510 e 3.513/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Geraldo Pimenta, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.794/2015, do deputado Wander Borges, 3.524/2016, do deputado Cássio Soares, 3.526/2016, do deputado João Magalhães, 3.534/2016, do deputado Bosco, e 3.623/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.290/2016, do deputado Thiago Cota, 5.349/2016, do deputado Wander Borges, e 5.398/2016, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a Política Estadual da Juventude e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2016, às 11 horas, em Contagem, com a finalidade de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 2.999/2015, que cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias – APA Fernão Dias – e dá outras providências, bem como a proposta desta comissão para a criação de um parque estadual na mesma área, nos termos da Lei nº 20.922, de 2013, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Cássio Soares, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.794/2015****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Arte Brasil, com sede no Município de Timóteo.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Arte Brasil, com sede no Município de Timóteo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da capoeira.

Na consecução desse propósito, a instituição promove a prática, campeonatos e cerimônias típicas da capoeira; e orienta e fiscaliza a prática dessa modalidade esportiva nas instituições a ela associadas.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento desportivo no Município de Timóteo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.794/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.524/2016

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Esportiva de Delfinópolis, com sede no Município de Delfinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva de Delfinópolis, com sede no Município de Delfinópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do esporte.

Na consecução desse propósito, a instituição promove a prática e competições de modalidades esportivas amadoras, sobretudo o futebol; organiza eventos culturais e sociais; e realiza ações assistenciais.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento desportivo no Município de Delfinópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.524/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Geraldo Pimenta, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.526/2016****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado João Magalhães, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Trail Clube de Manhuaçu – TCM –, com sede no Município de Manhuaçu.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Trail Clube de Manhuaçu – TCM –, com sede no Município de Manhuaçu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da prática do esporte sobre duas rodas.

Na consecução desse propósito, a instituição organiza encontros de trilheiros, motocross, cross country e enduro; e desenvolve campanhas e ações que visam à preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos do Município de Manhuaçu, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.526/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.623/2016**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Atlética Areadense, com sede no Município de Areado.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Atlética Areadense, com sede no Município de Areado, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da prática do futebol amador.

Na consecução desse propósito, a instituição atua como escola de futebol e de outras modalidades esportivas amadoras; e desenvolve projetos esportivos, sociais, culturais e educacionais voltados às crianças e jovens locais.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento desportivo no Município de Areado, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.623/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

Geraldo Pimenta, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/8/2016

O deputado Bosco* – Sr. Presidente, caros deputados e caras deputadas, público que nos honra com sua presença e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, quero dizer que venho aqui, na tarde de hoje, nesta tribuna, por dois motivos.

Primeiro, para, na condição de presidente da Comissão de Cultura do Estado de Minas Gerais, aqui, na Assembleia Legislativa, dizer a todas as pessoas que fazem parte, diretamente ou indiretamente, da cultura do Estado e que contribuíram sobremaneira conosco na realização dos fóruns técnicos regionais, nos quais tivemos a oportunidade de discutir com milhares e milhares de pessoas, que o Plano Estadual de Cultura encontra-se em tramitação nesta Casa.

Esse plano recebeu a contribuição de centenas de proposições, de sugestões. Sem dúvida alguma, isso enriqueceu, em muito, essa proposta que foi encaminhada, ainda no ano passado, pelo governador Pimentel, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, por intermédio do secretário Ângelo Oswaldo. Contou também com uma contribuição extraordinária do Conselho Estadual de Cultura e agora já se encontra em fase final, com as comissões especiais instaladas para o acompanhamento desse plano, aqui, na Assembleia. Essas comissões estão em franco trabalho com a GPI, fazendo o trabalho final, lapidando tais propostas para que, em breve, quem sabe até no mês que vem, setembro, já possamos estar aqui, no Plenário, apreciando e votando esse Plano Estadual de Cultura, que passará a fazer parte, caro deputado Cássio Soares, da história da cultura de Minas Gerais, que é o único estado da Federação que ainda, Emidinho Madeira, não possui o seu Plano Estadual da Cultura.

Nós temos um plano em nível nacional. Portanto, é necessário que todos os estados se adéquem, alinhem-se a esse plano maior, que é o plano nacional, e assim, subseqüentemente, os municípios. Temos inúmeros municípios que ainda não possuem o seu plano, e muito menos conselhos da cultura.

Tenho certeza de que, com a movimentação e a contribuição da Assembleia na discussão desse Plano Estadual da Cultura, de maneira democrática – ele foi feito da melhor forma possível, chegou a todas as regiões de Minas Gerais e colheu essas participações importantes –, aprovaremos, sem dúvida, um excelente plano, um dos melhores do Brasil, que norteará a cultura do Estado de Minas Gerais não só neste governo, mas também em tantos outros governos que hão de vir. Estamos discutindo esse plano de cultura para o Estado. Então, não é uma política de governo, mas de Estado. É assim que devemos nortear as nossas ações na Assembleia de Minas Gerais, sobretudo para um segmento tão importante como o da cultura.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Muito obrigado, caro amigo, deputado Bosco, grande representante do nosso Triângulo e da sua querida Araxá. Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente da Comissão de Cultura. Tive a oportunidade de estar com V. Exa. em Alfenas numa das reuniões interiorizadas que a Comissão de Cultura fez. Só tenho a parabenizá-lo por tudo o que tem feito à frente da comissão.

Como não tive a oportunidade de falar no momento anterior desta reunião, peço licença, meu caro Bosco, para utilizar o seu tempo a fim de falar sobre a preocupação que nós, da Comissão de Meio Ambiente, temos com as queimadas das unidades de conservação dos parques estaduais no nosso Estado de Minas Gerais. Com esse período de seca, estamos



enfrentando, de forma bastante devastadora, queimadas que estão trazendo grandes prejuízos para as nossas unidades de conservação dos parques estaduais. Enfim, quero destacar, principalmente, que o Parque Nacional da Serra da Canastra é um dos que mais vem sofrendo com essas queimadas. Mais de 15% da área total do parque já foram devastadas pelas queimadas. Hoje, na Comissão de Meio Ambiente, aprovamos um requerimento em que solicitamos explicações e informações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do sistema de meio ambiente e desenvolvimento sustentável daquilo que está sendo feito a fim de evitar esse tipo de devastação da nossa mata, do nosso meio ambiente e, conseqüentemente, da fauna e de toda a situação do meio ambiente do nosso estado. Então, mais uma vez, reforçamos esse pedido para que o sistema de meio ambiente dê respostas satisfatórias à sociedade mineira.

Meu caro deputado Bosco, mais uma vez, muito obrigado. Sucesso à frente da condução da Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Muito obrigado.

O deputado Bosco* – Eu é que agradeço a participação importante do amigo, deputado Cássio Soares, que, junto com os demais deputados do Sul de Minas, tão bem representa aquela importante região no cenário da Assembleia Legislativa do Estado. Quero cumprimentá-lo, deputado Cássio Soares, presidente da Comissão de Meio Ambiente, por essa questão preocupante e alarmante das queimadas, que estão destruindo a flora, a fauna e, sobretudo, os nossos parques, considerados tombados, parques nacionais, a exemplo da Serra da Canastra, que é um parque importante e uma referência para o Brasil e até para o mundo. Ali recebemos turistas não só brasileiros, mas também do mundo inteiro. Ele está praticamente todo devastado por causa dessas queimadas.

Portanto, quero cumprimentá-lo por apresentar essa questão, assim como pelo requerimento que hoje aprovamos conjuntamente na sua comissão, com o deputado Inácio Franco, propondo uma reunião também com o secretário de Meio Ambiente para discutir essa questão das Suprams em Minas Gerais, que, conforme sabemos, estão passando por um momento muito difícil.

Está acontecendo uma greve nesse setor, que tem causado um prejuízo incalculável ao Estado de Minas Gerais, sobretudo aos produtores rurais. Um estado que não produz obviamente não arrecada. Então, o Estado está deixando de produzir toneladas e toneladas de grãos, causando um impacto extremamente negativo em nosso agronegócio, que é o carro-chefe do Estado de Minas Gerais e que está à mercê da liberação de determinados licenciamentos, que dependem dos profissionais dessas Suprams.

Com essa comissão, quero fazer esse trabalho com o secretário de Meio Ambiente e o governo do Estado para que possamos reverter essa situação, caro Ulisses, o mais urgente possível. Estamos sob pena de o rombo, o prejuízo ser cada vez maior, porque temos por um lado os produtores de Minas Gerais dispostos a investir, a produzir cada dia mais, melhorando a qualidade dos seus produtos e fazendo com que Minas Gerais continue crescendo, sobretudo tendo como referência o agronegócio. Porém, do outro lado, as nossas Suprams estão aí com os processos desses produtores rurais de pequeno, médio e grande porte parados, engavetados, em virtude de paralisação, de greve. E os nossos produtores rurais não suportam mais essa situação. Até mesmo uma simples outorga de água tem emperrado projetos importantes dessa natureza.

Então fica aqui o nosso apelo ao secretário de Meio Ambiente para que nós, em uma ação conjunta com a Assembleia, o governo do Estado e todos os órgãos desse segmento, façamos um esforço para reverter essa situação, a fim de que os nossos produtores rurais não tenham que enfrentar tantas dificuldades como estão enfrentando.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui uma referência ao dia de hoje, 17 de agosto, quando comemoramos o Dia Nacional do Patrimônio Histórico. É um dia histórico, um dia importante. E, para marcar esta data em Minas Gerais, daqui a pouco teremos a presença do ministro da Cultura, bem como de lideranças de Minas e de outros estados, oficializando aqui o tombamento nacional e também como patrimônio histórico do Estado de Minas Gerais de todo o conjunto arquitetônico da Pampulha, que vai receber, ainda na tarde hoje, o certificado de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco. Então, deixo os nossos cumprimentos ao caro deputado Paulo, que também foi um grande incentivador para que tudo isso



acontecesse, para que realmente o conjunto moderno e histórico da Pampulha pudesse ter esse reconhecimento por meio da Unesco, tornando-se um patrimônio histórico-cultural em nível mundial.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras, a nossa participação na tribuna na tarde de hoje.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/8/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Raimundo Francisco Penaforte Filho, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges;

nomeando Simone Maria de Souza, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges.

CONCURSO LITERÁRIO Nº 1/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Conselho Editorial do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil, torna público que foi prorrogado, para o dia 26 de agosto de 2016, o prazo para recebimento de propostas dos interessados em participar de seleção de livro inédito, tendo como tema central a história política de Minas Gerais, a partir da Inconfidência Mineira, a ser publicado pela ALMG.

Em razão dessa prorrogação, ficam alterados os prazos definidos no Anexo III do edital. O novo cronograma se encontra à disposição dos interessados no *site* www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94 – 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2016.

Mesa da Assembleia



ERRATA

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/8/2016, na pag. 23, sob o título “Ofícios”, onde se lê:

“Do Sr. Nainton Cotrim Heringer”, leia-se:

“Do Sr. Nailton Cotrim Heringer”.